



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638751 - SP (2021/0002230-5)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : LUCIENE DE AQUINO E OUTRO
ADVOGADOS : ARY BICUDO DE PAULA JUNIOR - SP051619
LUCIENE DE AQUINO - SP082638
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : DIONE FERREIRA DE SANTANA (PRESO)
PACIENTE : FABIANO BEZERRA DOS SANTOS (PRESO)
CORRÉU : JAIR FRANCO PEREIRA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de DIONE FERREIRA DE SANTANA e FABIANO BEZERRA DOS SANTOS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC N. 2274311-46.2020.8.26.0000).

Os pacientes foram condenados a 4 anos e 8 meses de reclusão no regime semiaberto, por práticas descritas nos arts. 188 e 288, ambos do Código Penal, negado o direito de recorrer em liberdade. O acórdão atacado, em prévio *writ*, denegou a ordem, deixando assente que os pacientes ficaram encarcerados cautelarmente durante todo o processo penal, não havendo elemento novo que pudesse alterar a situação.

A impetrante insiste na soltura dos pacientes, argumentando que deixa de citar julgados em amparo à sua tese por serem de notório conhecimento.

Requer, liminarmente, sejam os pacientes soltos. No mérito, pugna pela concessão da ordem para ratificar a liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, porquanto consignou o julgado impugnado que o magistrado manteve a segregação cautelar "por entender que continuam presentes e mais fortalecidos os requisitos para a prisão preventiva, máxime em face da gravidade dos delitos cometidos, com a prática reiterada de desvio de cargas valiosas para posterior revenda, em um organizado esquema envolvendo diversas pessoas, denotando que as liberdades dos acusados coloca em risco a ordem pública, além

do fato de terem permanecido presos ao longo do processo."

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 09 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente